



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2022.0000075275**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Habeas Corpus Criminal nº 2296950-24.2021.8.26.0000, da Comarca de Peruíbe, em que é paciente RAIMUNDO LIMA DA SILVA e Impetrante WALTER GOMES DE SOUZA.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da 6ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Conheceram em parte e, nessa extensão, denegaram a ordem. V.U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FARTO SALLES (Presidente sem voto), RICARDO TUCUNDUVA E MACHADO DE ANDRADE.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2022.

**EDUARDO ABDALLA**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**HABEAS CORPUS nº 2296950-24.2021.8.26.0000**

**Proc. nº 1500789-28.2021.8.26.0441**

**Origem: PERUÍBE**

**Impetrante: WALTER GOMES DE SOUZA**

**Paciente: RAIMUNDO LIMA DA SILVA**

**Autoridade Coatora: Juízo da 1ª Vara Criminal**

**VOTO nº 22481**

***HABEAS CORPUS.*** Necessidade da custódia já apreciada em anterior remédio heroico. Prisão domiciliar. Alegação de ser genitor de criança. Impossibilidade. Situação excepcionalíssima ressalvada pelo STF no HC nº 165.704/DF, fazendo referência ao HC nº 143.641/SP, mormente por não haver comprovação de ser o único responsável pela prole. Inexistência de constrangimento ilegal. Ordem denegada.

Trata-se de ***HABEAS CORPUS*** impetrado pelo advogado **WALTER GOMES DE SOUZA**, em favor de **RAIMUNDO LIMA DA SILVA**, apontando, como **AUTORIDADE COATORA**, o **JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE PERUÍBE**.

Aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal, decorrente da decisão que manteve sua custódia cautelar, carente de fundamentação idônea, pleiteando, substituição por prisão domiciliar, nos termos do CPP, art. 318, VI. A final, concessão da ordem, em definitivo.

Indeferida a liminar e dispensadas as informações de estilo, a **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA** opinou pela denegação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**É o relatório.**

Saliente-se, de proêmio, que a legalidade e necessidade da custódia já foi objeto do *Habeas Corpus* nº 2230609-16.2021.8.26.0000, impetrado pelo mesmo patrono, cuja ordem foi denegada aos 4/11/2021, por v.u., não sendo o caso de conhecimento, ausente fato novo.

No remanescente, **RAIMUNDO** - reincidente específico - teve a prisão em flagrante convertida em preventiva por ter, em tese, cometido os crimes previstos no CTB, 303, § 1º, c.c. art. 302, § 1º, I, e art. 306, § 1º, I e II.

Inaplicável o decidido pelo STF no HC nº 165.704/DF, Segunda Turma, j. 20/10/2020.

O fato de ser genitor de filhos com 12, 14 e 16 anos (fls. 16 - certidão de nascimento apenas do mais novo, cujo nascimento ocorreu aos 15/5/2009), não implica, automaticamente, possibilidade de obter prisão domiciliar, até porque não comprovou ser imprescindível e o único responsável pelos cuidados necessários à prole.

As declarações juntadas, sem contraditório, são insuficientes, destacando-se, ainda, que não há nenhum com a idade estabelecida no CPP, art. 318, VI - *“homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos”* (grifado).

Diante do exposto, **conhece-se em parte e, nessa extensão, denega-se a ordem.**

**EDUARDO ABDALLA**  
**Relator**